China: Diplomático, Civil e Ecológico

China: Diplomático, civil y ecológico

China: Diplomatic, civil and ecological

André Costa Lobato, Bruno Neves, Anabela Santiago e Alexandra Rodrigues Sanches

Resumo. Autoridades da China se reuniram para as Duas Sessões, as reuniões do Conselho Nacional e do Legislativo Nacional, e expôs um orçamento orientado para a diplomacia e para a ciência e tecnologia, com leve queda no aumento das rubricas militares. Foi aprovado ainda o novo Código Ecológico, que reúne inúmeras leis e visa criar uma jurisprudência reforçada para os mais variados temas ambientais, que incluem, por exemplo, poluição eletromagnética. É o segundo documento do tipo no país, tendo sido o primeiro o Código Civil de 2020. Em uma das reuniões da semana de atividades nacionais, o presidente Xi Jinping dedicou-se a falar do tema da saúde, e argumentou que metas de saúde estão intrinsecamente relacionadas com a modernização do país. Em coletiva de imprensa, o chanceler Wang Yi afirmou que o governo da China mantém "total confiança no futuro da humanidade" e fez críticas ao hegemonismo. O avanço dos serviços de saúde e do turismo de forma geral tem levado ao aumento do turismo médico da China, que une técnicas modernas, preços baixos e hotelaria de alto padrão.

Palavras-chave: Multilateralismo. Iniciativa China Saudável. Orçamento Anual

Resumen. *Las autoridades chinas se reunieron con motivo de las «Dos Sesiones», las reuniones del Consejo Nacional y de la Asamblea Popular Nacional, y presentaron un presupuesto orientado a la diplomacia y a la ciencia y la tecnología, con un ligero descenso en el aumento de las partidas militares. También se aprobó el nuevo Código Ecológico, que reúne numerosas leyes y tiene como objetivo crear una jurisprudencia reforzada para los más variados temas ambientales, que incluyen, por ejemplo, la contaminación electromagnética. Es el segundo documento de este tipo en el país, habiendo sido el primero el Código Civil de 2020. En una de las reuniones de la semana de actividades nacionales, el presidente Xi Jinping se dedicó a hablar del tema de la salud y argumentó que los objetivos de salud están intrínsecamente relacionados con la modernización del país. En una conferencia de prensa, el canciller Wang Yi afirmó que el gobierno de China mantiene «total confianza en el futuro de la humanidad» y criticó el hegemonismo. El avance de los servicios de salud y del turismo en general ha llevado al aumento del turismo médico de China, que combina técnicas modernas, precios bajos y hotelería de alto nivel.*

Palabras clave: *Multilateralismo. Iniciativa China Saludable. Presupuesto Anual*

Abstract. *Chinese authorities gathered for the Two Sessions, the annual meetings of the National Council and the National Legislature, and presented a budget oriented toward diplomacy and science and technology, with a slight decline in the growth rate of military allocations. The new Ecological Code was also approved; it consolidates numerous laws and aims to create a strengthened body of jurisprudence for a wide range of environmental issues, which include, for*

example, electromagnetic pollution. It is the second document of its kind in the country, the first being the Civil Code of 2020. During one of the meetings held in the week of national activities, President Xi Jinping addressed the topic of health and argued that health goals are intrinsically linked to the modernization of the country. In a press conference, Foreign Minister Wang Yi stated that the Chinese government maintains "complete confidence in the future of humanity" and made criticisms of hegemonism. The advancement of health services and tourism in general has led to an increase in China's medical tourism, which combines modern techniques, low costs, and high-standard hospitality.

Keywords: *Multilateralism, Healthy China Initiative, Year Budget*

DIPLOMACIA

Confiança no Futuro da Humanidade

Wang Yi, ministro das Relações Exteriores da China, disse em coletiva de imprensa na Quarta Sessão do 14º Congresso Nacional do Povo ter "total confiança no futuro da humanidade" e que "sem a ONU, o mundo apenas seria pior".

Wang iniciou a conferência parabenizando as mulheres, já que o evento ocorreu no Dia Internacional da Mulher, 8 de março. O chanceler, que preside o gabinete de Relações Exteriores do Comitê Central, tratou dos avanços da diplomacia chinesa sob a liderança do presidente Xi Jinping, mencionando especialmente a Iniciativa de Governança Global e seu intuito de fortalecer o sistema multilateral e a primazia das Nações Unidas.

Segundo ele, a diplomacia chinesa tem oferecido estabilidade e certeza num mundo marcado pela turbulência. "Como a força mais importante no mundo para paz, estabilidade e justiça, temos total confiança no futuro da humanidade. Estamos preparados para trabalhar com todos os países que buscam o objetivo nobre de construir uma comunidade de futuro compartilhado para toda a humanidade, construindo novos capítulos de paz e desenvolvimento", disse.

Wang posicionou a diplomacia de chefes de Estado como o principal mecanismo de coordenação internacional, e explicitou que as propostas de Xi Jinping têm ganho apoio na comunidade internacional por representarem uma visão comum da grande maioria dos países.

"No mundo de hoje, desafios de natureza global continuam surgindo. O déficit de governança torna-se mais evidente e o multilateralismo está sob forte pressão. A Iniciativa de Governança Global (GGI), apresentada pelo Presidente Xi Jinping, não poderia ter vindo em momento mais oportuno e rapidamente recebeu eco de mais de 150 países e organizações internacionais.

O Secretário-Geral da ONU comentou imediatamente que os conceitos centrais da GGI se alinham de perto com os valores defendidos pela ONU. A China então iniciou o 'Grupo de Amigos da Governança Global', que foi lançado sucessivamente na sede da ONU em Nova York e em seu escritório em Genebra. Muitos países, especialmente os do Sul Global, aderiram ao grupo com grande entusiasmo.

Por que a GGI conseguiu atrair uma resposta tão ampla? Acredito que a chave reside nos cinco princípios principais defendidos pela GGI: igualdade soberana, primazia do direito internacional, multilateralismo, abordagem centrada nas pessoas e ações concretas. Eles atendem às expectativas comuns da comunidade internacional e refletem as aspirações compartilhadas pelos povos de todos os países.

A mensagem mais clara da GGI é que o papel de liderança da ONU deve ser mantido, não desafiado. O papel central da ONU deve ser fortalecido, não enfraquecido.

A ONU não é perfeita. Mas sem a ONU, o mundo estaria apenas pior. Criar estruturas paralelas fora da ONU ou, pior ainda, formar blocos e círculos exclusivos é impopular e insustentável."

Wang afirmou que a ascensão do Sul Global marca a grande transformação pela qual o mundo passa hoje, saindo de 24% para 40% da economia global. O hegemonismo e as "políticas de poder" estão dando fortes golpes na ordem internacional. Como resposta, disse, os países do Sul Global precisam aumentar a coordenação e a comunicação e defender juntos seus interesses legítimos.

Respondendo perguntas dos repórteres, o diplomata disse ainda que a "situação em Gaza testa as próprias fundações da justiça internacional" e que "os velhos roteiros do século 19" não deveriam ser reeditados na América Latina e Caribe, cujos recursos pertencem aos povos de lá. Ele relembrou ainda do plano de cooperação China–América Latina e Caribe, lançado no ano passado no contexto do fórum China-Celac. Os programas de solidariedade, desenvolvimento, civilização, paz e desenvolvimento entre os povos representam uma "caminhada conjunta pela modernização". Wang também mencionou que este ano 100% dos produtos africanos terão isenção de impostos na China.

O diplomata também mencionou o aumento dos esforços diplomáticos para garantir a segurança de cidadãos e empresas da China no exterior, bem como da cooperação com outros países para punir cidadãos chineses atuando em atividades ilegais. Segundo ele, os diplomatas chineses atenderam mais de 100 emergências importantes envolvendo cidadãos e instituições chinesas no exterior. Processaram mais de 79.000 casos que exigiram proteção e assistência consular. E atenderam mais de 600.000 ligações por meio da linha direta consular 12308. Mais de 3.000 alertas de segurança no exterior foram emitidos e mais de 50 compatriotas chineses sequestrados na África foram resgatados e diversos trabalhos com países vizinhos foram feitos para reprimir o jogo online e fraudes de telecomunicações, trazendo de volta dezenas de milhares de indivíduos.

SANITÁRIO

China Saudável 2030 e 2035

A construção de uma "China Saudável" tem sido apresentada pela liderança chinesa como uma prioridade estratégica de longo prazo. Durante reunião com conselheiros políticos da área de saúde e bem-estar social na quarta sessão do 14º Comitê Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CPPCC), em março de 2026, o presidente Xi Jinping destacou a necessidade de seguir firmemente um caminho de desenvolvimento da saúde com

características chinesas e promover avanços decisivos na Iniciativa Healthy China durante o período do 15º Plano Quinquenal (2026–2030)[1]. Segundo Xi, a meta de construir uma "China Saudável" constitui uma decisão estratégica do Comitê Central do Partido Comunista da China (PCC), sendo o próximo ciclo de planejamento fundamental para acelerar a implementação das políticas necessárias.

Durante o encontro, que reuniu representantes dos setores de medicina, saúde pública, bem-estar e seguridade social, Xi ressaltou a necessidade de fortalecer a coordenação entre políticas públicas, reformas institucionais e inovação científica no sistema de saúde. Conforme reportado por fontes oficiais[2], o líder chinês enfatizou que o país, como uma nação em desenvolvimento com grande população e significativas diferenças regionais e urbano-rurais, deve avançar na construção de um sistema de saúde eficiente a partir de suas próprias condições nacionais. Entre as prioridades destacadas estão o aprimoramento do sistema de saúde pública, o fortalecimento de serviços médicos de alta qualidade e a promoção de estilos de vida saudáveis em toda a sociedade

Outro ponto enfatizado durante as discussões foi a necessidade de reduzir desigualdades no acesso aos serviços de saúde, particularmente em regiões remotas e de difícil acesso. Ao comentar os avanços no tratamento e prevenção do mal de altitude no planalto Qinghai-Tibet, Xi destacou que ainda é necessário reforçar a infraestrutura médica nessas áreas e superar os chamados "elos fracos em regiões periféricas", como a limitada capacidade de atendimento médico local e as dificuldades associadas a condições geográficas extremas[3]. O presidente também ressaltou a importância de aprimorar os serviços médicos de base e ampliar o acesso a tecnologias de monitoramento e tratamento, além do valor da medicina tradicional chinesa e de outras tradições médicas étnicas, como tibetana e mongol, considerando-as recursos importantes para o desenvolvimento do sistema de saúde do país.

Além do fortalecimento da infraestrutura médica, o debate também incluiu o papel das novas tecnologias e da promoção de hábitos saudáveis na estratégia nacional de saúde. Conselheiros políticos apontaram que a expectativa média de vida na China atingiu 79,25 anos em 2025, com a meta de alcançar 80 anos até 2030 no âmbito do 15º Plano Quinquenal[4]. Nesse contexto, Xi destacou a importância de incentivar estilos de vida saudáveis, ampliar a participação em atividades esportivas e explorar gradualmente o uso de tecnologias como inteligência artificial na atenção primária à saúde, reforçando a base dos serviços médicos locais. De maneira mais ampla, a iniciativa Healthy China tem sido apresentada como parte da transição do país para um modelo de desenvolvimento de maior qualidade, no qual indicadores sociais passam a desempenhar papel mais central nas políticas públicas.

---

[1] Xinhua. *Xi Jinping: Follow a healthcare development path with Chinese characteristics, and achieve decisive progress in advancing the Healthy China Initiative during the 15th Five-Year Plan period* [Internet]. Beijing: Xinhua News Agency; 2026 Mar 7 [citado 2026 Mar 16]. Disponível em: https://english.news.cn/20260307/cca67d7ef39a45b0811ebe2e38fd7b48/c.html

[2] *Xi calls for decisive progress in Healthy China Initiative during 15th Five-Year Plan period* [Internet]. Beijing: The State Council of the People's Republic of China; 2026 Mar 6 [citado 2026 Mar 15]. Disponível em: Xi calls for decisive progress in Healthy China Initiative during 15th Five-Year Plan period

[3] Mo J. *Xi stresses pooling wisdom to build a healthy China* [Internet]. Beijing: China Daily; 2026 Mar 8 [citado 2026 Mar 16]. Disponível em: https://www.chinadaily.com.cn/a/202603/08/WS69ad930ba310d6866eb3c8f9.html

[4] Lopes A. *A healthy, thriving life ensures national prosperity and strength* [Internet]. Beijing: Global Times; 2026 Mar 8 [citado 2026 Mar 16]. Disponível em: https://www.globaltimes.cn/page/202603/1356577.shtml

SOCIOECONÔMICO

A 4ª Sessão do 14º NPC

A agenda oficial da sessão de 2026 da Assembleia Popular Nacional (NPC) (a 4ª Sessão do 14º NPC) da China iniciou na manhã de 5 de março e encerrou na tarde de 12 de março. Os trabalhos legislativos ocorreram em torno de 11 (onze) pautas centrais[5]. O formato do evento intercala reuniões plenárias ("plenary meetings"), deliberações em delegações ou pequenos grupos e interações com a imprensa. Estas últimas englobam as coletivas de imprensa temáticas e breves sessões de perguntas e respostas denominadas "Delegates' Corridors" (realizadas imediatamente antes de cada plenária) e "Ministers' Corridors" (realizadas imediatamente após)[6].

Foram divulgados dois relatórios oficiais que haviam sido aprovados na quinta-feira anterior, durante a quarta sessão[7]. O primeiro texto divulgado consiste no documento de planejamento macroeconômico e social, que é formalmente intitulado "Relatório sobre a execução do plano de 2025 para o desenvolvimento econômico e social nacional e sobre o projeto do plano de 2026 para o desenvolvimento econômico e social nacional". Este relatório está estruturado em três seções. A sua primeira parte concentra-se estritamente na implementação do plano de 2025; a segunda seção estipula as diretrizes gerais para o ano corrente; e a terceira e última parte deste primeiro documento delineia as "principais tarefas para o desenvolvimento econômico e social". O segundo relatório aprovado e publicado diz respeito à governança financeira e fiscal do Estado. A primeira seção detalha a "Execução dos Orçamentos Central e Locais de 2025 "; a segunda parte apresenta os planos para 2026; e a terceira parte do relatório aborda os planos e diretrizes para a "Reforma Fiscal e Desenvolvimento em 2026".

Em 13 de março foi publicado na íntegra o "Relatório de Trabalho do Governo", aprovado no dia 12 de março durante a realização da quarta sessão[8]. O texto divide-se em quatro seções fundamentais que guiam a administração estatal. A primeira parte foca em uma

[5] Deliberar o Relatório de Trabalho do Governo; Revisar o projeto que delineia o 15º Plano Quinquenal ("15th FYP") para o Desenvolvimento Econômico e Social Nacional; Revisar os relatórios de execução dos Planos de Desenvolvimento Nacional de 2025 e aprovar os projetos de 2026; Revisar os relatórios de execução dos Orçamentos Centrais e Locais de 2025 e aprovar os projetos de 2026; Deliberar sobre o projeto do Código Ecológico e Ambiental ("Environmental Code"); Deliberar sobre o projeto da Lei de Promoção da Unidade e Progresso Étnico ("Ethnic Unity Law"); Deliberar sobre o projeto da Lei de Planos de Desenvolvimento Nacional ("Planning Law"); Deliberar o relatório de trabalho do Comitê Permanente da NPC (NPCSC); Deliberar o relatório de trabalho do Supremo Tribunal Popular (SPC); Deliberar o relatório de trabalho da Suprema Procuradoria Popular (SPP); Deliberar o Relatório do NPCSC sobre Esforços para Limpeza de Leis e Opiniões sobre o Tratamento de Leis e Decisões Relevantes ("Cleanup Report").

[6] Hu T, Wei C. NPC 2026: Agenda and Daily Schedule [Internet]. NPC Observer; 4 mar 2026 [citado em 15 mar 2026]. Disponível em: https://npcobserver.com/2026/03/04/china-npc-2026-agenda-daily-schedule/

[7] Xinhua. China releases reports on budgets, national economic and social development plans [Internet]. Beijing: The State Council of the People's Republic of China; 15 mar 2026 [citado 15 mar 2026]. Disponível em: https://english.www.gov.cn/news/202603/15/content_WS69b60790c6d00ca5f9a09e47.html

[8] The State Council of the People's Republic of China. China releases full text of government work report [Internet]. Beijing: The State Council; 2026 Mar 13 [cited 2026 Mar 15]. Available from: https://english.www.gov.cn/news/202603/13/content_WS69b4b144c6d00ca5f9a09dfd.html

retrospectiva analítica, intitulada como “Uma revisão de nosso trabalho em 2025”. A segunda seção estabelece os “Principais Objetivos e Principais Tarefas para o Período do 15º Plano Quinquenal”. Avançando para as diretrizes estritamente anuais, a terceira parte delineia os “Requisitos Gerais e Orientações de Políticas para o Desenvolvimento Econômico e Social em 2026”. O documento é concluído por uma quarta seção que especifica as “Principais Tarefas para 2026”.

O relatório governamental propõe as principais metas para o desenvolvimento socioeconômico no ano de 2026: Crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) entre 4,5% e 5%, empenhando-se para obter resultados ainda melhores na prática; Taxa de desemprego urbano pesquisada fixada na faixa de 5,5%; Criação de mais de 12 milhões de novos postos de trabalho urbanos; Aumento do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) em torno de 2%; Crescimento da renda pessoal em compasso ou sintonia com o crescimento econômico; Manutenção de um equilíbrio básico na balança de pagamentos do país; Produção de grãos estimada em cerca de 700 milhões de toneladas métricas; Redução de aproximadamente 3,8% nas emissões de dióxido de carbono por unidade do Produto Interno Bruto.

Código Ecológico e Ambiental

Em 14 de março de 2026, a agência Xinhua publicou informações sobre a adoção do Código Ecológico e Ambiental (“Ecological and Environmental Code”) da China, o qual foi aprovado no encerramento da quarta sessão da 14ª Assembleia Popular Nacional. Este documento se consolida como o segundo código estatutário formal do país, seguindo a adoção do Código Civil em 2020, e tem como objetivo “proteger o meio ambiente ecológico e promover o desenvolvimento verde através dos sistemas mais rigorosos e do mais rigoroso Estado de Direito”[9]. O documento relata que especialistas e a mídia internacional têm acompanhado a aprovação da nova lei, classificando-a como um marco na evolução do sistema jurídico chinês e uma referência valiosa para a comunidade internacional.

Segundo a Xinhua, a legislação reflete o compromisso de longo prazo do país asiático com a transformação verde e com o enfrentamento das mudanças climáticas em um cenário global em rápida transformação. O código visa salvaguardar a coexistência harmoniosa entre a humanidade e a natureza, consolidando, assim, as conquistas teóricas, institucionais e práticas do país na área da conservação ecológica registradas desde o ano de 2012

As realizações de desenvolvimento verde da China têm chamado a atenção do mundo, como a expansão da vegetação no Deserto de Taklimakan, em Xinjiang, a recuperação ecológica do Rio Yangtzé e a presença cada vez maior de veículos de nova energia nas vias do país. A comunidade internacional projeta que o novo código fornecerá um referencial importante para a transição verde de outros Estados. Pavel Troshchinsky, da Academia Russa de Ciências, declarou que a China não apenas converteu os conceitos ecológicos em resultados práticos de desenvolvimento, mas também os “traduziu para a linguagem da lei, dando o exemplo para outras nações”. O impacto dessa política transcende as fronteiras chinesas, uma vez que o país tem exportado tecnologias ambientais. O jornal queniano The Star reportou que, à medida que a China fortalece sua governança ambiental, seus projetos no exterior, localizados na África e em outras regiões, beneficiarão as comunidades locais. Por exemplo, a fonte menciona que um comentário no site The News International, do Paquistão, avaliou que o código reflete a filosofia

[9] Xinhua. China's landmark legislation offers impetus to global green development [Internet]. Pequim: English.www.gov.cn; 14 mar. 2026 [citado 15 mar. 2026]. Disponível em: https://english.www.gov.cn/news/202603/14/content_WS69b50996c6d00ca5f9a09e37.html

da China de buscar o crescimento econômico e o bem-estar público ao mesmo tempo em que respeita o meio ambiente.

Em continuidade à filosofia chinesa de integração entre governança e meio ambiente, o novo Código Ecológico e Ambiental fundamenta-se no "Pensamento sobre a Civilização Ecológica" de Xi Jinping[10]. Este unifica os princípios marxistas com a "excelente cultura ecológica tradicional da China", resgatando a premissa filosófica ancestral de que o ser humano deve respeitar e se integrar ao meio ambiente. Essa base ideológica se orienta pelo estado natural de "a unidade da natureza e do homem", fundamentando-se na visão de que "a natureza é a mãe da vida, as pessoas nascem da natureza e o homem e a natureza são uma comunidade de vida". Para aplicar essa perspectiva na governança, o pensamento articula as chamadas "Dez Persistências" e guia-se pelo conceito central de que "águas limpas e montanhas verdes são montanhas de ouro e montanhas de prata", orientando um modelo de desenvolvimento sustentável que critica sacrifício do ecossistema em troca de um crescimento econômico temporário. Através desta diretriz, o Estado chinês visa também instruir uma agenda global, propondo que a comunidade internacional "explore o caminho da coexistência harmoniosa entre o homem e a natureza, promova a coordenação e a unidade do desenvolvimento econômico e da proteção ecológica e construa conjuntamente um mundo próspero, limpo e belo".

O processo de institucionalização do "Pensamento de Xi Jinping sobre a Civilização Ecológica" tem sido estruturado por um conjunto de diretrizes e marcos legais, consolidando a mudança estratégica iniciada a partir do 18º Congresso Nacional do Partido Comunista da China, em 2012. O arcabouço normativo está presente nas "Opiniões sobre a Aceleração da Construção da Civilização Ecológica" e o "Plano Geral para a Reforma do Sistema de Civilização Ecológica", além da revisão da Lei de Proteção Ambiental de 2014, a qual "estabeleceu os conceitos básicos, princípios básicos e sistemas básicos que a construção da civilização ecológica deve seguir na forma de lei".

No combate específico à poluição, destacam-se a promulgação do "Plano de Ação para Prevenção e Controle da Poluição do Ar" em 2013, o "Plano de Ação de Três Anos para Vencer a Batalha em Defesa do Céu Azul" em 2018 e o "Plano de Ação para a Melhoria Contínua da Qualidade do Ar" em 2023, sustentados pelas "Opiniões" do Comitê Central e do Conselho de Estado sobre a batalha de prevenção e controle da poluição, emitidas sucessivamente nos anos de 2018 e 2021. No âmbito da transição econômica, após o anúncio da meta climática em setembro de 2020, o Estado emitiu em 2021 o "Plano de Ação para o Pico de Carbono antes de 2030" e diretrizes correlatas, documentos que, mais recentemente, o marco teórico foi atualizado na Conferência Nacional de Proteção Ecológica e Ambiental de 2023, ocasião na qual Xi Jinping apresentou as "quatro grandes transformações" da nova era, e ratificado na Terceira Sessão Plenária do 20º Comitê Central, em 2024, cuja decisão exige formalmente "melhorar o sistema de instituições da civilização ecológica" e "acelerar a melhoria dos sistemas e mecanismos para implementar o conceito de que águas limpas e montanhas verdes são montanhas de ouro e de prata".

[10] Xinhua Institute. Let the world read the "green code" of beautiful China—the Chinese practice and world contribution of Xi Jinping's ecological civilization thought. Xinhuanet [Internet]. 2024 Nov 26 [citado 2026 Mar 15]. Disponível em: https://www.news.cn/politics/20241126/fbbddbaf344f4df1a4aed27153a88340/c.html

Já na Quarta Sessão, em 12 de março de 2026, a Assembleia Popular Nacional (NPC) da China adotou o Código Ecológico e Ambiental[11], configurando-se como o "segundo código legal formal da China, depois do Código Civil de 2020"[12]. A elaboração deste documento reflete a prioridade política conferida à proteção ambiental sob a liderança de Xi Jinping, cujo "Pensamento sobre a Civilização Ecológica" foi "criado em 2018 como um componente de seu pensamento político abrangente".

O projeto, que se consolidou como uma prioridade política sob o "Pensamento de Xi Jinping sobre a Civilização Ecológica", foi desenvolvido em ritmo acelerado desde o final de 2023, passando por revisões sucessivas em 2025 até sua ratificação final. Estruturado em 1.242 artigos e excedendo 15.000 caracteres chineses, o novo dispositivo é consideravelmente mais extenso que o Código Civil (com cerca de 10 mil) e adota a estratégia de "codificação moderada". O código incorpora integralmente dez estatutos ambientais preexistentes, que serão revogados ou substituídos pelas novas disposições[13]

O Código é composto por cinco partes. A Parte I (Disposições Gerais), que compreende os artigos 1 a 147, exerce a função de "comandar" as demais seções, estabelecendo definições, regimes de governança e mecanismos como a avaliação de impacto ambiental e a compensação pela proteção ecológica. A Parte II (Prevenção e Controle da Poluição), abrangendo os artigos 148 a 673, consolida as normas substantivas das leis antipoluição vigentes, introduzindo regimes regulatórios inéditos para "substâncias químicas, radiação eletromagnética e poluição luminosa". A Parte III (Conservação Ecológica), disposta entre os artigos 674 e 937, não codifica leis integrais, mas absorve o "cerne" de cerca de duas dezenas de normativas sobre recursos naturais, dividindo-se em seções específicas para "Florestas", "Pastagens", "Zonas Úmidas", "Oceanos e Ilhas Offshore", "Rios e Lagos", "Desertos", além de proteção de vida selvagem e controle de espécies invasoras.

No âmbito da transição energética, a Parte IV (Desenvolvimento Verde e de Baixo Carbono), artigos 938 a 1051, concentra-se em economia circular, transição energética e, primordialmente, no enfrentamento às mudanças climáticas, elevando esquemas regulatórios de documentos políticos e legislações de nível inferior ao status de regras estatutárias, com destaque para o "Enfrentamento às Mudanças Climáticas" no Capítulo IV. Por fim, a Parte V (Responsabilidade Legal e Disposições Complementares), que se estende até o artigo 1242, unifica as consequências jurídicas para violações do Código. Esta seção estabelece regras gerais de responsabilidade, mecanismos de execução como o "litígio de interesse público" e detalha punições administrativas em 14 seções específicas. Embora o processo legislativo tenha mobilizado consulta pública que gerou 21.919 comentários, o nível de participação foi

[11] China. 中华人民共和国生态环境法典 [Código Ecológico e Ambiental da República Popular da China]. Pequim: Assembleia Popular Nacional; 12 mar 2026 [citado 16 mar 2026]. Disponível em: https://zh.wikisource.org/wiki/%E4%B8%AD%E5%8D%8E%E4%BA%BA%E6%B0%91%E5%85%B1%E5%92%8C%E5%9B%BD%E7%94%9F%E6%80%81%E7%8E%AF%E5%A2%83%E6%B3%95%E5%85%B8

[12] Wei C. NPC 2026: A First Look at China's New Environmental Code [Internet]. NPC Observer; 2026 Mar 11 [citado 2026 Mar 15]. Disponível em: https://npcobserver.com/2026/03/11/china-npc-2026-eco-environmental-code-analysis/

[13] Lei de Proteção Ambiental (1989, 2014); Lei de Avaliação de Impacto Ambiental (2002); Lei de Proteção do Meio Ambiente Marinho (1982, 2023); Lei de Prevenção e Controle da Poluição Atmosférica (1987, 2015); Lei de Prevenção e Controle da Poluição Hídrica (1984, 2017); Lei de Prevenção e Controle da Poluição do Solo (2018); Lei de Prevenção e Controle da Poluição Ambiental por Resíduos Sólidos (1995, 2020); Lei de Prevenção e Controle da Poluição Sonora (1996, 2021); Lei de Prevenção e Controle da Poluição Radioativa (2003); e Lei de Promoção da Produção Mais Limpa (2002, 2012).

considerado baixo por pesquisadores, seguindo a tendência histórica de legislações ambientais no país (Feng apud Wei, 2026).

No âmbito do controle da poluição, a Parte II, Capítulo IX do Código aborda três novas categorias. A Seção I regula "substâncias químicas" sob uma abordagem baseada em risco, abrangendo todo o ciclo de vida e incorporando esquemas de "designação de novos poluentes químicos para controle prioritário" e "exigência de registro pré-comercialização para novas substâncias químicas". A Seção II estabelece o marco regulatório para a "radiação não ionizante" (ondas de rádio e micro-ondas), proibindo a comercialização de produtos que excedam os limites de emissão e criando um regime escalonado para operadores de instalações emissoras. A Seção III trata da "poluição luminosa", definida como o uso excessivo de iluminação artificial que interfere na percepção visual humana, exigindo que o planejamento espacial considere tais impactos e estabeleça limites de intensidade para "produtos de iluminação, displays externos, iluminação de tráfego e materiais de construção".

Por fim, a Parte IV estabelece o fundamento estatutário para a governança climática, servindo de base para uma futura lei dedicada ao clima. Para a mitigação, o Código exige a integração de "metas de pico de carbono e neutralidade de carbono" nos planos nacionais e institui o controle da intensidade de emissões. São formalizados mecanismos como "contabilidade de carbono", "gestão da pegada de carbono de produtos" e o monitoramento de "sumidouros de carbono" (florestas e solos), elevando o "sistema de comércio de emissões de carbono" chinês ao status de esquema estatutário. No que tange à adaptação, o texto demanda a formulação de "planos de adaptação nacionais e locais", a integração de riscos climáticos no planejamento espacial e a melhoria dos sistemas de alerta precoce para eventos climáticos extremos e doenças sensíveis ao clima, concluindo com a codificação da posição da China na cooperação climática internacional.

Turismo saudável

O turismo emissor e receptor tem aumentado na China nas últimas décadas, sobretudo o primeiro. O aumento do turismo emissor tem sido sobejamente discutido na imprensa, na literatura científica e em diversos outros suportes e meios de comunicação. O foco deste texto será no turismo receptor da China que, por diversas razões, tem aumentado bastante recentemente, devido ao crescente interesse que a China desperta e aos esforços do governo chinês (mas não só) para aumentar as ligações aéreas de e para a China.

Nos últimos anos, o turismo doméstico tem registrado níveis historicamente elevados, impulsionado pelo aumento do rendimento disponível, pela expansão das infraestruturas de transporte e por políticas públicas orientadas para o estímulo do consumo interno. Um inquérito por amostragem sobre os hábitos de viagem dos chineses continentais revelou que estes realizaram 6,522 mil milhões de viagens domésticas em 2025, o que representa um aumento de 907 milhões de viagens, ou seja, um aumento de cerca de 16%, em comparação com o ano anterior, informou o Ministério da Cultura e do Turismo[14].

Este dinamismo manifesta-se não apenas no aumento do número de deslocações, mas também na diversificação dos destinos e das motivações de viagem, com uma procura crescente por experiências culturais, patrimoniais e identitárias.

[14] Global Times. *Domestic residents' trips rise to 6.522b in 2025, exceeding pre-pandemic level.* https://www.globaltimes.cn/page/202601/1354189

Regiões anteriormente periféricas, muitas vezes marcadas pela diversidade étnica e cultural, passaram a integrar de forma mais ativa os circuitos turísticos nacionais. O interesse por patrimónios locais — como o artesanato tradicional, festividades regionais ou paisagens culturais — reflete uma mudança nos padrões de consumo, em que os visitantes procuram experiências consideradas autênticas e diferenciadas. Esta tendência acompanha o desenvolvimento de estratégias locais de valorização cultural e de dinamização económica, contribuindo para reduzir assimetrias regionais e promover novas formas de desenvolvimento territorial. Por exemplo, em Xiangxi (Hunan), especialmente localidades como Fenghuang e Jishou, onde o turismo tem sido estruturado em torno da cultura Miao e Tujia, iniciativas locais incluem a promoção da joalharia tradicional em prata, programas de revitalização de aldeias históricas e festivais culturais encenados para visitantes, como celebrações do Ano Novo Miao e eventos de música e dança étnica[15]. Estes projetos combinam conservação patrimonial com comercialização cultural e criaram novas oportunidades económicas em zonas antes marginalizadas. Mais a oeste, Guizhou tem investido fortemente em turismo étnico e rural. Locais como Kaili e aldeias Miao e Dong circundantes foram integrados em rotas turísticas nacionais com base em festivais tradicionais (como o Festival Lusheng), arquitetura em madeira e práticas artesanais. Programas estatais de "revitalização rural" combinaram infraestruturas turísticas, incentivos à preservação cultural e plataformas digitais de promoção.

Ao mesmo tempo, o crescimento do turismo na China não se limita ao plano doméstico. A recuperação dos fluxos internacionais, tanto de entrada como de saída, tem sido favorecida por políticas de facilitação de vistos, pela melhoria dos serviços turísticos e pela reabertura progressiva do país após o período pandêmico[16]. Este processo reforça a integração da China nos circuitos turísticos globais e contribui para a projeção internacional da sua imagem cultural. A valorização do património e das identidades locais desempenha, neste sentido, um papel estratégico, funcionando simultaneamente como fator de atração turística e instrumento de diplomacia cultural.

Associado ao turismo de lazer, está também o turismo de saúde. Vejamos por exemplo o caso da Região Administrativa e Especial de Macau (RAEM), que lançou um documento intitulado "Linhas de Ação Governativa para 2026", o qual compreende uma secção especialmente dedicada ao desenvolvimento e promoção do turismo de saúde e da Medicina Tradicional Chinesa[17].

O desenvolvimento do turismo de saúde em Macau deve ser entendido no contexto mais amplo da estratégia de diversificação económica e de afirmação regional do território, particularmente no quadro da Grande Baía (Guangdong- Hong Kong- Macau). Nos últimos anos, as autoridades têm promovido uma abordagem integrada que articula serviços médicos, indústria farmacêutica, turismo e inovação tecnológica, enquadrando estas áreas no conceito mais abrangente de *big health*. Esta orientação revela a intenção de posicionar Macau como um

[15] ChinaDaily. *Hunan welcomes tourists lured by allure of miao silver*. https://www.chinadaily.com.cn/a/202603/13/WS69b34cd5a310d6866eb3d8e7.html

[16] CGTN. *Isenção de visto impulsiona turismo receptivo e estimula consumo na China*. https://portuguese.cgtn.com/2026/03/11/ARTI1773214011942725

[17] Governo da RAEM. *Linhas de Acção Governativa para o Ano de 2026.* https://www.gov.mo/pt/wp-content/uploads/sites/3/2025/11/4_2026SASC_p.pdf

polo regional de serviços de saúde diferenciados, com capacidade para atrair utentes internacionais e complementar a forte especialização do território no turismo e lazer [18].

Um dos eixos centrais desta estratégia tem sido a expansão dos serviços de saúde internacionais, sustentada por ajustamentos legislativos e institucionais. A promoção do regime jurídico aplicável às instituições privadas prestadoras de cuidados de saúde visa criar condições para o desenvolvimento de novos modelos de prestação, incluindo hospitais de dia, telemedicina e terapias avançadas. Estas medidas procuram ampliar a capacidade de resposta do sistema e adaptá-lo a uma procura cada vez mais diversificada, marcada por fluxos transfronteiriços e por expectativas elevadas em termos de qualidade, conveniência e inovação clínica[19].

A estratégia "Turismo + Saúde" reforça a integração com o setor turístico, através de produtos centrados no bem-estar, conferências médicas e cooperação intersetorial, ao mesmo tempo que o investimento na medicina tradicional chinesa – desde a investigação e regulação até internacionalização – consolida Macau como plataforma regional de serviços de saúde diferenciados e destino competitivo no segmento global em crescimento.

Em síntese, a evolução recente do turismo na China evidencia uma articulação crescente entre expansão dos fluxos, valorização cultural e estratégias de desenvolvimento territorial e internacionalização, nas quais segmentos emergentes como o turismo de saúde reforçam o papel do setor na diversificação económica e na projeção global do país.

Orçamento 2026

No **primeiro dia da sessão anual da Assembleia Popular Nacional (APN)**, em **5 de março de 2026**, o primeiro-ministro **Li Qiang,** apresentou o **Relatório de Trabalho do Governo** e traçou as metas e tarefas centrais para 2026. O relatório para 2026 fixou a **meta de crescimento do PIB entre 4,5% e 5%**. A meta foi acompanhada por outros compromissos econômicos: manter o desemprego urbano em torno de 5,5%, criar mais de 12 milhões de novos empregos urbanos, limitar a inflação (CPI) a cerca de 2% e assegurar um equilíbrio básico no balanço de pagamentos. O destaque ficou para o crescimento dos investimentos em diplomacia (+ 9,3%) e ciência e tecnologia (+10%), com uma queda no aumento do orçamento militar (de +7,2% nos últimos três para +7% este ano). O investimento em ciência básica também aumentará em 16,3%, segundo o relatório traduzido pelo NPC Observer[20].

[18] Governo da RAEM. *Linhas de Acção Governativa para o Ano de 2026.* https://www.gov.mo/pt/wp-content/uploads/sites/3/2025/11/4_2026SASC_p.pdf

[19] Governo da RAEM. *Linhas de Acção Governativa para o Ano de 2026.* https://www.gov.mo/pt/wp-content/uploads/sites/3/2025/11/4_2026SASC_p.pdf

20 Kewalramani M. Breakdown of Li Qiang's Work Report & 2026 Budgets Report. Tracking People's Daily. 2026.https://trackingpeoplesdaily.substack.com/p/breakdown-of-li-qiangs-work-report?publication_id=264786&utm_campaign=email-post-title&r=t1lz&utm_medium=email (accessed 16 Mar2026).

Principais Rúbricas de Despesa – 2026

	Área	Valor	Variação
	Ciência e tecnologia	426,42 bilhões de yuan	10%
	Diplomacia e relações exteriores	70,975 bilhões de yuan	9,30%
	Estoque de grãos, óleos comestíveis e outros materiais	110,684 bilhões de yuan	8,10%
	Defesa nacional	1,909561 trilhão de yuan	7%
	Pagamento de juros da dívida	873,99 bilhões de yuan	6,70%
	Segurança pública	258,269 bilhões de yuan	5,90%
	Educação	192,476 bilhões de yuan	5%
	Transferências para governos locais	10,415 trilhões de yuan	2,20%